

Coluna do Castello

Dívida externa no foco da sucessão



A decisão do presidente Jaime Lusinchi, da Venezuela, de decretar moratória da dívida externa suspendendo a execução dos acordos do seu país com os banqueiros, antecipa problema com o qual se virá às voltas seu sucessor, Andrés Pérez, mas alcançará também os futuros governantes do Brasil, da Argentina e do Uruguai que serão eleitos no curso deste ano. A moratória venezuelana não é radical na medida em que se limita ao não pagamento do principal sem afetar a continuidade dos desembolsos relativos a juros que constituem o problema premente dos países devedores. A moratória precedente do Brasil, que não se sustentou, também não teve maior conteúdo crítico pois se tratou apenas da identificação da total ausência de meios com que atender aos compromissos de desembolsar as quantias referentes aos juros.

Mas a opinião dos países da América Latina permanece mobilizada para conciliar seus governos a uma rejeição drástica dos compromissos que os têm vinculado aos interesses dos credores e dos governos que têm resistido a negociação política multilateral de questão que afeta a estabilidade das instituições liberais no mundo ocidental. A experiência tem demonstrado que na América Latina a dívida externa é uma realidade sufocante com a qual os regimes democráticos dificilmente conviverão no futuro próximo. Não será necessária inspiração ideológica para identificação de problemas e de seu equacionamento injusto ou inadequado, mas na verdade a perpetuação do quadro que aí está contribui para deprimir as forças políticas cuja opção continental é ainda a da preservação de compromissos tradicionais.

No Brasil, por exemplo, embora a dívida externa não esteja no momento a dominar obsessivamente o panorama político, os indícios são de que se situa aí um dos temas senão o tema dominante na campanha presidencial deste ano. A rejeição da opinião nacional ao governo aprofunda-se na denúncia de posturas incorretas na negociação com os bancos internacionais, malgrado os discursos do presidente Sarney feitos lá fora mas sem respaldo de decisões oficiais. A vocação para a esquerda, evidenciada pela eleição municipal, dará ressonância nacional ao discurso pela moratória e até mesmo pela

rejeição da dívida mediante a análise dos seus fundamentos históricos e econômicos.

O governo brasileiro que emergir da próxima eleição, ainda que não seja um governo radical, estará contaminado pelos temas da campanha eleitoral e candidatos, mesmo um Ulysses Guimarães cujo destino no PMDB parece vinculado a um programa dito progressista, deixarão expresso seu compromisso de renegociar sob outra inspiração a dívida externa. A isso não faltariam eventuais presidentes como Leonel Brizola e Mário Covas, sem falar nos óbvios Luís Ignácio da Silva e Roberto Freire. Mesmo o centro (liberal ou conservador) terá de incluir no seu projeto de governo uma revisão da posição oficial de nosso país em relação ao problema, cujas implicações no contexto mundial parecem terem sido identificadas previamente pela assessoria do novo presidente dos Estados Unidos, George Bush.

Há, de resto, uma consciência internacional crescente (e dela participa o líder soviético Gorbachov) de que a questão não está corretamente avaliada na medida em que se atribui a um simples ajuste financeiro entre devedores e credores a solução de questão que afeta o destino de larga parte da humanidade. Está na hora de pressões efetivas para acentuar essa tendência e o presidente da Venezuela apenas se antecipou a uma revisão de atitudes de âmbito continental.